

A América Latina no cenário de contestações globais

Uma entrevista com Carlos Antonio Aguirre Rojas

Lincoln Secco

Professor de História Contemporânea da Universidade de São Paulo (USP)

Eduardo Souza Cunha

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo
(PPGHE-USP)

No segundo semestre de 2019, a América Latina passou por grandes turbulências políticas. Os protestos sociais foram presentes no Equador, Chile, Paraguai e Colômbia, além das manifestações que tomaram as ruas na Bolívia antes do golpe encabeçado pela direita. Para Carlos Antonio Aguirre Rojas, o que vemos na América Latina não são apenas espasmos, mas sim evidências de uma crise mais profunda. Retomando uma expressão do neozapatismo, para ele a América Latina presencia “o processo da verdadeira *muerte de la actividad política en cuanto tal*”.

Destacado historiador da área da Teoria da História e da História do Pensamento Historiográfico, Carlos Antonio Aguirre Rojas (Cidade do México, 1955) é pesquisador de tempo integral no “Instituto de Investigaciones Sociales” da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). É aderente da Sexta Declaração da Selva Lacandona do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), sendo um dos principais divulgadores da experiência política de Chiapas. Sobre esse tema, publicou diversos livros, que foram traduzidos em mais de oito idiomas. No Brasil, a publicação mais recente é “Mandar Obedecendo: as lições políticas do neozapatismo mexicano”, impresso pela Editora Entremares.

Além de abordar a atual conjuntura política latino-americana, Aguirre Rojas comenta, nessa entrevista, conceitos importantes empregados na sua obra. O pensador mexicano comenta como ele se apropria dos termos movimento antissistêmico e centro, semi-periferia e periferia da economia-mundo, explicitando seu vínculo intelectual com Immanuel Wallerstein.

Boa leitura!

Revista Mouro: Para começar nossa entrevista, acreditamos ser importante explicar uma ideia central nos seus ensaios: o que são os movimentos antissistêmicos?

Carlos Antonio Aguirre Rojas: O termo “movimentos antissistêmicos” foi inventado por Immanuel Wallerstein no início dos anos oitenta do século XX. Wallerstein pretendia incluir nesse termo os diferentes tipos de movimentos anticapitalistas que surgiram na segunda metade do século XIX e, principalmente, no século XX. Eles se localizaram nos países e nas zonas centrais do sistema-mundo capitalista (movimentos socialistas), depois nos países da semiperiferia capitalista (movimentos social-democratas radicais) e, finalmente, nas nações da periferia capitalista (movimentos de libertação nacional). Ou seja, em sua obra esse termo tem um sentido mais topográfico ou espacial, referindo-se às distintas zonas do sistema-mundo capitalista.

De minha parte, eu utilizo para um sentido muito mais temporal. Para mim, os movimentos antissistêmicos são aqueles movimentos que nasceram depois da revolução cultural mundial de 1968 e que já não lutam *somente* contra o sistema capitalista e todas suas injustiças e desigualdades, mas sim lutam também contra a herança negativa de todas sociedades classistas em seu conjunto, incluindo a herança que Marx chamou de “pré-história humana”, na qual seguimos vivendo até os dias de hoje. Essa ideia deriva de uma profunda tese desenvolvida por Marx no final do livro “Miséria da Filosofia”. Ali Marx anuncia que com o fim do sistema social capitalista virá também o fim histórico de toda a longa família de sociedades divididas em classes sociais que a história tem conhecido, inclusive o fim da “pré-história humana” ou “reino da necessidade natural”.

Profunda tese do grande autor d’*O Capital*, que projetada ao tema dos movimentos sociais, implica que a luta desses últimos, nas circunstâncias atuais, já não é somente contra o Estado capitalista, mas sim contra a própria existência do Estado, e inclusiva da própria atividade da política, pensando nela como o sequestro da capacidade de decisão sobre os assuntos comuns por parte de uma pequena minoria. E já não se trata somente do combate contra a exploração capitalista, senão contra qualquer tipo de exploração econômica de alguns homens sobre outros. E, igualmente, a luta não é apenas contra a burguesia e a ideologia burguesa, mas também contra a própria existência de classes antagônicas, pela eliminação de todo tipo de ideologia e falsa consciência possível.

Por isso, ademais, os movimentos antissistêmicos, junto à luta contra a exploração, a classe, o Estado e a ideologia, todos eles capitalistas, combate também o patriarcado e o machismo, o racismo e a discriminação étnica, o saber-poder dos intelectuais, a dominação da cidade sobre o campo, as múltiplas hierarquias militares, sociais, religiosas, etc. de todo tipo, as

diversas formas da discriminação social e cultural em todas suas variantes, isto é, a toda plêiade de traços herdados das sociedades de classe anteriores e todo o leque de heranças da pré-história humana que até hoje seguem alimentando as múltiplas figuras da desigualdade e a injustiça social. Estes são, em minha opinião, os elementos centrais que definem os atuais movimentos antissistêmicos.

RM: Nos últimos meses, diversos países da América Latina foram palco de amplas manifestações de protesto. Em que medida podemos relacionar a recente onda de revoltas com os movimentos antissistêmicos latinoamericanos?

CAAR: Esses protestos sociais recentes são muito importantes, mas é difícil generalizar a análise para todos eles. Porque é necessário distinguir claramente uma mobilização social, por vasta e ampla que ela seja, de um verdadeiro movimento antissistêmico. Pois, enquanto a mobilização social, embora seja massiva e contundente, é em geral efêmera, os movimentos antissistêmicos são realidades mais permanentes que atuam em médio e longo prazo. O que não exclui que dentro de certas mobilizações participem determinados movimentos antissistêmicos, ou que esses últimos incitem, algumas vezes, ditas mobilizações. Mas são duas coisas distintas, que nós devemos ser capazes de diferenciar claramente.

Em todos os casos recentes, a mobilização social espontânea se mesclas com a ação e a participação de movimentos antissistêmicos preexistentes, complexificando a explicação. Assim, no caso do Equador, o descontentamento popular foi muito amplo e abarcou muitos setores subalternos, tendo o movimento indígena exercido sobre estes últimos um papel de protagonista. Esse movimento indígena está estruturado sobretudo em torno da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), mas o problema é que dentro dessa organização coexistem setores mais radicais, realmente anticapitalistas e antissistêmicos, como o setor amazônico, com setores mais moderados e menos combativos, que não são antissistêmicos. E os primeiros não são ainda a maioria na CONAIE, de modo que embora essas mobilizações triunfaram contra Lenín Moreno, contudo não foram capazes de provocar a queda do governo e a abertura de um processo mais radicalmente antissistêmico.

No Chile, os protestos têm sido extraordinariamente massivos e constantes, e dentro deles tem se somado o movimento mapuche, que agora está em um processo interno de reorganização, mas que tende a ser muito antissistêmico e anticapitalista em suas demandas em geral. Também está presente o movimento estudantil, que desde a “revolta dos pinguins” de 2006, e passando pelas massivas e profundas manifestações de 2011, tende a radicalizar-se cada vez mais, fazendo as vezes também interessantes propostas anticapitalistas e antissistêmicas. E,

além disso, existe no Chile uma rica herança do “Movimiento de Izquierda Revolucionario” (MIR) dos anos sessenta e setenta, o que ainda alimenta boa parte do atual imaginário rebelde de todos os setores subalternos chilenos. Por isso, a corrupta classe política chilena está espantada e está tentando banalizar o movimento para desgastá-lo, propondo o absurdo calendário de dois anos e meio para mudar somente de modo cosmético a Constituição atual, obra do regime de Pinochet.

Na Bolívia, houve também um real e amplo descontentamento popular contra o túbio regime social-democrata de Evo Morales, mas com sua renúncia a direita fascista boliviana está tentando “pescar nas águas revoltosas do rio” em seu próprio benefício. Então, o panorama é complexo, porque junto aos setores populares que ainda defendem Evo Morales, estão também os setores mais antissistêmicos, como o Movimento Pachacutik de Felipe Quispe, ou certos setores dos movimentos da cidade de El Alto, que tem respondido ao espúrio governo de direita com a consigna radical dos “ponchos rojos”: “¡Ahora sí, guerra civil!”. Consigna que em alguns setores significa que não querem nem o regresso de Evo Morales, nem a atrasada direita hoje no poder, senão uma saída radical e antissistêmica, que abra o caminho à construção de um governo que “mande obedecendo”, ou seja, o genuíno autogoverno popular.

Finalmente, na Colômbia, se acaba de levantar também um grande protesto geral, que tem logrado articular vários setores e vários movimentos colombianos importantes. Mas ainda não é claro se vai conseguir desatar um processo, como no Chile, de discussão desde baixo nas assembleias locais, de cada setor, onde se discute suas demandas específicas e as demandas de ordem geral, e também se vai conseguir manter-se e formar estruturas de organização mais estáveis e mais permanentes. Veremos nos próximos dias e semanas.

RM: A eleição de Alberto Fernández para a presidência na Argentina, ao lado do governo de Andrés Manuel López Obrador no México, deu forças para parte da esquerda apostar na sua volta ao comando de cada país. Depois dos equívocos dos governos de centro-esquerda na América Latina, o que você pensa sobre essa aposta em uma nova onda progressista?

CAAR: Não acredito que podemos afirmar, a partir dos governos de México e Argentina que vocês mencionam, a certeza de uma nova onda de governos “progressistas” em toda América Latina. Creio que vivemos, não só na América Latina mais a nível mundial, o processo da verdadeira *muerte de la actividad política en cuanto tal*. E essa morte se expressa hoje em uma debacle e crise absoluta de *todas* as classes políticas e de *todos* os partidos políticos, sem exceção, incluindo desde a ultradireita e a direita até o centro e a suposta esquerda oficial e institucional. Pois essa esquerda política, que aceita jogar dentro das regras do jogo burguês, faz muito tempo

que tem deixado de ser uma esquerda verdadeira, para tornar-se uma esquerda inofensiva, domesticada e totalmente pró-capitalista.

É isso que são os governos de López Obrador e de Alberto Fernández: governos totalmente procapitalistas, que no lugar de um neoliberalismo selvagem e desencarnado, colocam em prática um neoliberalismo moderado e atenuando misturado com um pouco de neokeynesianismo social. E foi isso que foram os governos de Lula, de Dilma, dos Kirchner, de Rafael Correa, de Hugo Chávez e de Nicolás Maduro, de Evo Morales, tíbios governos pró-capitalistas que terminaram decepcionando e enraivecendo os setores populares e subalternos, que por isso abriram a porta às terríveis regressões dos inaceitáveis governos de Macri, Bolsonaro, Lenín Moreno e agora da ridícula presidenta da Bolívia.¹

Por isso, acredito que essa morte da política, que hoje se expressa como deslegitimação e decomposição de todos os partidos políticos, pode caoticamente produzir o mesmo governos fascistas e de ultradireita como o de Trump ou Bolsonaro, que tíbios governos social-democratas como os de López Obrador ou Fernández e, talvez amanhã, outro vez um governo Lula no Brasil ou Rafael Correa no Equador.

RM: Outro ponto chave na sua obra é pensar na divisão do capitalismo global em centro, semi-periferia e periferia. Como você a América Latina nessa divisão?

CAAR: Creio que, em linhas gerais, toda América Latina é parte da *periferia* do sistema-mundo capitalista, para falar em termos de Immanuel Wallerstein. E isso tem consequências não somente a respeito de toda história passada de quinhentos anos, mas também no seu presente e no seu futuro. Por exemplo, é precisamente por essa condição de periferia do sistema, e pelo fato da América Latina ter sido, historicamente, a *primeira* periferia do sistema-mundo, que nosso semicontinente é a civilização *mais dependente de todo o planeta*. O que implica que as economias de todas nações latinoamericanas são sempre formadas, até o dia de hoje, *não* em função dos mercados internos nacionais nem das necessidades de cada população nacional, mas sim em função das necessidades e imposições das zonas e países centrais do sistema-mundo capitalista.

Também é por essa condição periférica e por fazer parte mais tempo da periferia do sistema que América Latina é a civilização mais desigual, mais *polarizadamente desigual* de todo o mundo. Somente em nossas sociedades pode ser visto os extremos escandalosos de ter um

¹ Referência à Jeanine Áñez (Nota dos entrevistadores).

homem mais rico do planeta junto a 65% da população que vive abaixo da linha da pobreza e da extrema miséria segundo os próprios critérios da ONU.

Finalmente, é claro que essa condição de periferia é também a que explica a ferocidade da política dos Estados Unidos na América Latina. Pois a riqueza da sociedade estadunidense é gerada, em grande medida, na América Latina, de modo que permitir a real independência dos nossos países é altamente perigoso para a economia dos Estados Unidos. O que explica não apenas a enorme agressividade com a qual se aplica a terrível “Doutrina Monroe” no nosso semicontinente, mas também a estreita margem de real soberania ou independência que podem exercer os países latinoamericanos. E como heróica e digna prova disso, está a nobre experiência da revolução cubana do século XX.

RM: Nas últimas décadas, duas das experiências políticas que mais tem chamado a atenção da esquerda são Chiapas e Rojava, que ficam em regiões que compõem a periferia do capitalismo. Quais semelhanças você enxerga entre essas duas experiências? Até que ponto tal realidade econômica possibilitou a emergência dessas experiências revolucionárias?

CAAR: Não acredito que o fato de Chiapas e Rojava estarem em países da periferia capitalista seja um elemento especial para explicar suas irrupções. Porque, felizmente, as revoltas populares recentes estão presentes em todas as partes do planeta Terra, como o demonstraram as múltiplas rebeliões do ano de 2011. Nesses anos tivemos, entre muitas outras revoltas populares, o movimento do *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, além dos *Indignados* em Barcelona. No ano passado e esse ano temos visto o movimento dos “Coletes Amarelos” na França. Desse modo, não creio que a condição de se localizarem em nações da periferia seja importante para a gestação das revoltas populares ou de movimentos antissistêmicos.

Por outro lado, penso que vale a pena refletir sobre as razões profundas que explicam a relevância que Chiapas e Rojava têm para a esquerda mundial. Infelizmente, não conheço muito desta segunda experiência, o que me impede de julgá-la e avaliá-la adequadamente. Além disso, é uma experiência muito mais recente do que o neozapatismo mexicano. Mas sobre o neozapatismo, penso que seu enorme impacto dentro da esquerda mundial se deve não a um, dois ou três fatores, mas sim a um amplo e complexo de múltiplas razões combinadas. E elenco brevemente, só poucas dessas razões. Primeiro, o momento que irrompe o neozapatismo, o ano de 1994. Em 1989 havia caído o Muro de Berlim e com ele caíram também muitas esperanças e expectativas de transformação, assim como a confiança em todos os projetos do que foram as experiências do socialismo realmente existente do século XX. E quando boa parte da esquerda mundial estava desmoralizada e desorientada por causa da queda do Muro de Berlim, a irrupção

do 1 janeiro de 1994 devolveu a esperança de que uma mudança social radical não só era possível, mas também necessária e urgente.

Uma segunda razão, é que graças ao levante de janeiro de 1994 em Chiapas, todos os movimentos indígenas da América Latina passaram de uma posição defensiva e marginal dentro de seus respectivos países a uma postura ofensiva e de protagonista, cujos frutos e efeitos se percebem claramente hoje na Bolívia, Equador, Chile, México, etc. Por último, uma terceira razão importante, é que o movimento neozapatista se assumiu desde o princípio como um defensor explícito das lutas não apenas dos indígenas excluídos do mundo, desde os migrantes e as mulheres, até os homossexuais e os indígenas, passando pelos sem-terra, os sem-trabalho, os sem papéis, os sem direitos, os sem visibilidade, etc. Porém este é um tema amplo e profundo, que merece ser muito mais desenvolvido.

RM: Maio de 68 foi uma revolução que questionou até as estruturas do cotidiano para Braudel. Você acredita que ainda vivemos numa era de revoluções daquele tipo depois da crise de 2008?

CAAR: A ideia de Fernand Braudel sobre os acontecimentos de 1968 no mundo, é a de que 1968 foi uma verdadeira revolução cultural mundial, apenas comparável em sua escala ao Renascimento ou a Reforma. Portanto, foi uma revolução cultural mundial de longa duração, que transformou desde a raiz e de modo estrutural o conjunto das estruturas culturais que correspondem a todas as sociedades modernas. Por isso, essa revolução cultural se fez presente tanto no chamado “mundo capitalista desenvolvido” como no mundo capitalista periférico ou atrasado, além de também abalar o mundo socialista.

Então, ao tratar-se de uma revolução de longa duração é um processo que não se esgota em poucos anos ou até décadas e que tarda em produzir e atualizar seus múltiplos efeitos. Eu compartilho totalmente essa explicação de Braudel, e por isso acredito que nesse sentido a crise de 2008 não mudou nada de significativo. Ainda hoje, e penso que ainda por mais outras décadas, seguiremos vivendo e assimilando as mudanças profundas que essa revolução cultural de 1968 continua provocando e incitando em diversos âmbitos e através de distintas configurações em todo longo e largo espaço da cultura das sociedades contemporâneas de todo o planeta terrestre.